



CENTRO DE HUMANIDADES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.
CURSO LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA.

GERSIKA CRISTINA MENEZES ALVES

COLÔNIA AGRÍCOLA ESTADUAL DE CAMARATUBA: uma perspectiva histórica acerca de sua criação.

GUARABIRA

2014

GERSIKA CRISTINA MENEZES ALVES

COLÔNIA AGRÍCOLA ESTADUAL DE CAMARATUBA: uma perspectiva histórica acerca de sua criação.

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Mariângela Vasconcelos Nunes.

GUARABIRA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A474c Alves, Gersika Cristina Menezes
Colônia agrícola estadual de Camaratuba: uma perspectiva histórica acerca de sua criação [manuscrito] : / Gersika Cristina Menezes Alves. - 2014.
28 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação: Mariângela Vasconcelos Nunes, Departamento de História".

1. Trabalhadores Rurais. 2. Camaratuba. 3. Colônia Agrícola. I. Título.

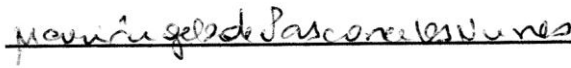
21. ed. CDD 981

GERSIKA CRISTINA MENEZES ALVES

COLÔNIA AGRÍCOLA ESTADUAL DE CAMARATUBA: uma perspectiva histórica acerca de sua criação.

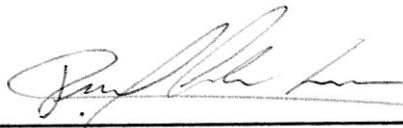
Aprovada em: 02/12/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Mariângela Vasconcelos Nunes (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Pós-Doutora Susel Oliveira da Rosa.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Flavio Carreiro de Santana

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família, pelo cuidado, companheirismo e amizade, e ao meu noivo Alexandre Magno, por seu imenso amor e paciência DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora Mariângela, por seu apoio ao longo dos três anos que trabalhamos juntas, pelo carinho e paciência e pelo exemplo de pessoa que é.

Aos meus pais por todo o apoio e dedicação.

Ao meu noivo Alexandre Magno que sempre esteve ao meu lado, alicerce em minha vida.

À minha irmã Priscila pelo companheirismo, pelas conversas edificantes.

Aos meus irmãos Thiago e Glaucia e ao meu cunhado Elton pela ajuda e assistência em minha pesquisa.

As amigadas feitas na UEPB: Jocekelly, Jordana, Jefferson, Felipe, Rayana, Layanne.

Aos eternos amigos do Lyceu Paraibano: Jhullyângela, Pâmela, Jéssica, Gerciane, Annely, Hallison, Mayara, Luciana, Priscila e Rafa Rodrigues.

A todos os professores que passaram pela turma 2010.2, principalmente: Marisa, Mariângela, Susel, Nayara, Paula Rejane, Elson, Azemar, Flavio, Carlos, Fagundes, Ruston, Elisa e Edna.

"As luzes que descobriram as liberdades
inventaram também as disciplinas"

Michel Foucault

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	
2.1- A CRIAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DE CAMARATUBA E A CIÊNCIA AGRONÔMICA	
2.2- MEDICALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL: Camaratuba e seu saneamento.....	
2.3- MORADORES, COLONOS E “FORAS DA LEI”.....	
2.4- ROÇADOS DOS LAVRADORES X ROÇADO DO ESTADO.....	
REFERÊNCIAS.....	
ANEXOS.....	

COLÔNIA AGRÍCOLA ESTADUAL DE CAMARATUBA: uma perspectiva histórica acerca de sua criação.

ALVES, Gersika Cristina Menezes¹

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca apontar brevemente algumas considerações a cerca dos primeiros anos da criação da Colônia Agrícola Estadual de Camaratuba, a partir de fontes orais e escritas.

Palavras-Chave: Trabalhadores rurais. Camaratuba. Colônia agrícola.

1-INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de pesquisas PIBIC, desenvolvidas entre os anos de 2012 e 2014, e busca mostrar a história da Colônia Agrícola Estadual de Camaratuba – CAEC – situada no município de Mamanguape, a cerca de 120 km da capital paraibana. Utilizando como fontes documentos de jornais da época e fontes orais, a partir de entrevistas realizadas com os lavradores que compuseram a primeira geração de colonos e moradores². Neste sentido, pretendo compreender como era o cotidiano dos trabalhadores que moravam ou foram habitar em Camaratuba,

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Campus- III. E-mail: gerykaalves@gmail.com.

² Entre 2012/2014, desenvolvi dois projetos PIBIC, são eles Camaratuba: Terra prometida ou campo de concentração?(Cota 2012/2013) e Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo (cota 2013/2014), ambos coordenados pela Profa. Dra, Mariângela de Vasconcelos Nunes.

tentando conhecer quem eram estes? Como estes viviam? Como organizavam seus trabalhos e quais respostas elaboraram em relação às investidas do Estado na própria organização do seu cotidiano? Entre outras questões relacionadas à história dos primeiros habitantes da CAEC. Para esse estudo foram relevantes varias leituras, entre elas cito Gomes (2005) Linhares (1988), Foucault (1987) e NUNES (2006).

2.1- A CRIAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA DE CAMARATUBA E A CIÊNCIA AGRONÔMICA

A colônia de Camaratuba foi criada pelo governo do Estado em 1942, com o apoio do Governo Federal.

Camaratuba até as primeiras décadas do século XX era de propriedade particular. Terras estas que estavam sob o domínio de antigos donos, desde o período da colonização, e que eram utilizadas na produção de cana-de-açúcar, como descrito no Jornal A União: “Terreno fertilíssimo o de Camaratuba, bastando considerar que nas terras do engenho do Sr. Pombeu Lira, ao nascente do vale, planta-se cana há sessenta anos num mesmo trato com a terra”³. Entretanto, em 1936, Camaratuba foi comprada pelo interventor do Estado Argemiro de Figueiredo, pelo valor de 200.000,00 réis (duzentos mil réis). Propriedade esta medindo cerca de 6.500 hectares. Após a compra, a área ficou “sob a responsabilidade de um administrador incumbido de zelá-la e de, mensalmente, recolher à Tesouraria Geral as rendas provenientes da sua produção” (PORTO, 2005, p.12).

Sobre a venda desta propriedade o Sr. José Diniz da Silva disse:

[...] Ai vendeu, naquele tempo de Argemiro Figueiredo. Aí venderam ao governo Argemiro Figueiredo, Argemiro comprou Camaratuba.

[...]Essas terras não ficaram abandonadas, essas terras “adepois” que eles, eles tavam atrás de fazer esse negócio pra tomar Camaratuba, aí os donos principal foram e trouxeram do Recife o Saulo, o engenheiro, pegaram o trabalhador e foram tirar a medida, foram 8 léguas de terras, foi na época dos donos principal, ai venderam Camaratuba, tiraram as picalhas aí ta tudo

³ “Camaratuba” In: Jornal A UNIÃO, 20, dez.1942.p.2

bem, o engenho tinha parado, depois venderam Camaratuba para o governo.⁴

Depois de instituída a colônia, ela passou a ser dirigida por um agrônomo, cabendo a este programar e implementar várias orientações agrícolas balizadas pela ciência, ou seja, pela Agronomia. Desta maneira, era importante que fosse um homem com conhecimento científico da agricultura, capaz de ensinar o trato racional da terra aos colonos, isto é conforme as lições agronômicas. Pois, à época, se processava na Paraíba a chamada “revolução agrícola”, quando se buscava promover nos campos paraibanos uma “agricultura científica”, outra cultura agrícola, com instrumentos considerados modernos como: cultivadores, uma lavoura adaptada ao clima e ao solo, lavouras irrigadas, horários mais rígidos, enfim, técnicas balizadas pelo conhecimento científico. (NUNES, 2006)

De acordo com o agrônomo Guimarães Duque, caberia ao diretor da colônia organizar, passar os ensinamentos técnicos e reunir os lavradores da colônia para difundir o “saber científico” .

O agrônomo deverá fazer reuniões semanais com os colônos para explicar-lhe medidas administrativas, de ordem moral, das conselhos, ouvir as reclamações e auscultar os desejos de cada um. As famílias devem reuni-se uma vez por mês no local indicado pelo agrônomo para ouvir uma preleção sobre os deveres das mulheres e crianças para casa, a escola, o chefe da família e a vida da colônia. Como a colônia já possui uma capela, logo após a missa a melhor ocasião para esta reunião. A assistência técnica á lavora, por parte do Administrado da colônia, far-se-á mediante explicações, no campo, das práticas elementares da aração, gradeação, plantio, semeadura, capinas, colheita e beneficiamento dos produtos.⁵

Como base nos documentos, percebo que além de ensinar os novos procedimentos agrícolas, era função do agrônomo intervir na vida dos colonos apontando-lhe valores morais, determinando o papel dos membros da família, a partir de uma visão extremamente patriarcal em que cabia ao homem o lugar do chefe da família. Enfim, o agrônomo buscava enquadrar a vida dos colonos.

Para dirigir a colônia e regular os colonos, o diretor contava com uma rede de observadores: os vigias que patrulhavam os colonos noite e dia, como disse o Sr. Diniz:

⁴ Sr. José Diniz da Silva, 91 anos, antigo morador do engenho, posteriormente tornou-se colono. Entrevista em Camaratuba, 2014.

⁵Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. O Homem A produção. João Pessoa. 1941.

[...] O diretor nesse tempo era Jaime Câmara, era o terror, ele era quem mandava, era o manda chuva, o que ele fizesse tava bom. Vigia tinha demais, de noite ninguém dava as caras lá e, baixo, só os vigias mesmo, cada um nas suas casas, pra no outro dia tá em ordem.⁶

De acordo com o plano de colonização de Camaratuba, caberia a cada colono um lote de terras medindo cerca de 10 hectares, conforme o jornal A UNIÃO:

Possuindo a Fazenda Camaratuba uma pequena área, relativamente á sua extensão a ser colonizada, cerca de 5.000 hectares mais ou menos, julgo que o tamanho ou melhor a área de cada lote não deverá exceder 10 Ha, o que corresponde a lotes de 200 metros por 500. Essa área é mais do suficiente para o colono promover a sua subsistência e vender o restante.⁷

De um modo geral, o objetivo das colônias agrícolas no país era evitar a aglomeração nos grandes centros urbanos e fixar "... em zonas mais produtivas e menos propicias a os excedentes de populações de certas regiões do país." (VARGAS apud VELHO, 1979 p.148).

Entretanto, as fontes investigadas mostraram que o governo Estadual não investiu em campanhas de deslocamento de lavradores de áreas mais sujeitas à seca, como o Sertão e o Cariri. Tal fato não ocorreu nem mesmo em 1943, momento marcado pela estiagem e a fome nas regiões mais secas do Estado. Neste caso, o interventor estava mais preocupado em fornecer mão de obra para os agrários do que propriamente povoar a CAEC, como mostra o trecho do jornal A UNIÃO:

Agora, atendendo a uma solicitação dos proprietários do interior, o governo fez encaminhar cerca de 400 sertanejos que se achavam paralisados em Campina Grande, a maior parte os quais se destinou às terras das usinas de São João e Santa Helena.⁸

Assim, neste momento, o governo local preferiu transferir trabalhadores e lavradores para terras da elite fundiária. Desta forma, o povoamento da colônia e a concessão de terras para trabalhadores rurais que não as possuíam fora secundarizado. Além disso, o ingresso de lavradores na CAEC estava condicionado à emissão de cartas de recomendações, estas deveriam ser escritas pelos ex-patrões, como declarou o entrevistado, o Sr. Diniz:

[...] Aí acabou aquele tempo de mau conduta, aqui não podia vim mau conduto, ladrão, criminoso, mulher mundana, eles não queriam, não, pra não dá mal resultado, queria bom resultado. Porque vinha essas cartas de recomendação, porque o patrão quando o morador vinha pedir morada,

⁶ Sr. José Diniz da Silva, entrevista as autoras realizada em 2013.

⁷ A Colonização da Fazenda Camaratuba. In: Jornal A UNIÃO, 18, set. 1938, p.1

⁸ "O aproveitamento de trabalhadores sertanejos no Brejo e no Litoral". In: Jornal A UNIÃO, sáb., 27, mar. 1943, p.1

mandava que ele fosse pra tirar os documentos, registro, todos documentos e uma carta de recomendação, chegava agora e tinha morada.⁹

A partir da fala do Sr. Diniz, percebo o quanto difícil seria se tornar colono, visto que no contexto da Paraíba dos anos 40, em que as elites agrárias sofriam com a falta de mão de obra nos campos e com o êxodo rural, estas não estariam dispostas a abrir mão de um trabalhador exemplar, portanto, a emissão de uma carta de recomendação não era algo fácil de conseguir.

2.2- MEDICALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL: Camaratuba e seu saneamento.

Só em 1937 Camaratuba tornou-se alvo da cobiça por parte dos governos nacional e Estadual. Esse aspecto pode ser percebido através dos estudos que foram realizados na região. Pois, desde então, Camaratuba passou a ser visitada por técnicos representantes do Departamento Nacional de Imigração, instituição federal ligada ao Ministério da Agricultura, como é dito no jornal A União:

Adquirida a fazenda algum tempo depóis o sr. Interventor Federal deu instruções ao sr. Secretario da Agricultura, dr. Lauro Montenegro, para que aquéle ilustre auxiliar do seu governo pleiteasse junto ao Ministério da Agricultura a vinda de um técnico do Serviço de Colonização, a fim de estudar as possibilidades de povoamento da fazenda.

E é assim que se acha entre nós, ha muitos dias, o dr. Alvaro Dutra Viana, assistente do Serviço de Colonização do Ministério da Agricultura, técnico que já teve oportuñidades de dirigir trabalhos semelhantes na baixada fluminense.¹⁰

Ora, como entender o repentino interesse dos governos Estadual e Federal, por uma área esquecida ou até mesmo secundarizada pelo governo local que a definia como uma terra abandonada ou ainda referia-se aos seus habitantes como doentes e preguiçosos.¹¹?

Na época estudada, percebo que os olhares do Governo Federal estavam voltados para a policultura no campo brasileiro e também para o trabalhador do campo, pois o campo deveria ser à base do processo de industrialização, cabendo

⁹ Sr. José Diniz da Silva, entrevista as autoras, 2014.

¹⁰ A Colonização da Fazenda Camaratuba. In: Jornal A UNIÃO, 18, set. 1938, p. 1

¹¹ Conforme o jornal A UNIÃO posso entender como o estado via os habitantes de Camaratuba, sendo descrito como gente doente e preguiçosa. "A Colonização do Vale do Camaratuba", Jornal A UNIÃO. 1942.

àquela área o abastecimento dos centros urbanos. Desta forma, o governo federal buscou desenvolver uma política de expansão agrícola, notadamente no Oeste do país. Sobre isto nos informa Maria Ieda Linhares:

Um primeiro passo no sentido de incorporar o interior, os chamados *sertões*, ao processo produtivo nacional é dado com o decreto assinado por Getúlio Vargas, já em 1932. Tal decreto, proposto por Lindolfo Collor, abriria as terras públicas do estado do Piauí para o assentamento de trabalhadores *na qualidade de arrendatários mediante módica contribuição* (artigo 6º, Decreto sobre Terras Públicas, 1932) (LINHARES, 1988 p.113)

Ademais, estas áreas fronteiriças deveriam também acolher os flagelados nordestinos que passaram a ser vistos como uma ameaça no governo varguista. Neste momento, o campo passa ser visto de outra forma, devendo ser reorganizado, e tornar-se mais produtivo, capaz de abastecer o mercado interno a preço relativamente baixo, como nos conta Linhares:

...os camponeses são vistos como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas. Porém, a capacidade de incorporá-lo nos mesmos moldes da cidade era, ainda, restrita, levando o Estado a optar, num primeiro momento, por uma incorporação – e não pelo seu abandono – imaginária do trabalhador rural. (LINHARES, 1988, p.111)

Entretanto, para a viabilidade da colonização em Camaratuba, era necessário fazer a desobstrução dos rios e construir casas adequadas aos padrões de higiene, assim informa o jornal A União:

A aquisição da fazenda Camaratuba, grande propriedade no município de Mamanguape, foi feita, assim, sabendo-se que se teria de cuidar de um duplo problema do Estado: o saneamento das terras do litoral e o seu povoamento por pequenos agricultores, cada um com o seu pedacinho de terra que lhe bastasse para viver com conforto.¹²

A questão do saneamento do período varguista destacou-se também nas regiões de zona rural, pois sua política sanitária deveria se estender até os espaços mais distantes do país, aos “sertões incivilizados”, esquecidos e negligenciados pelo poder público, que necessitava de mudança. Neste sentido, os governos federais e governo estadual procuravam disseminar uma política sanitária que incluísse o homem rural. O objetivo era que os trabalhadores produzissem cada vez mais. Na perspectiva oficial as condições precárias de higiene dos lavradores representavam

¹² A Colonização da Fazenda Camaratuba. In: Jornal A UNIÃO, 18, set. 1938. p.1

uma ameaça à saúde, assim, o governo procurou investimentos nas “necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação”¹³.

No que diz respeito à CAEC, o Governo da Paraíba, procurou trabalhar inicialmente as questões ligadas à insalubridade do terreno. Pois esta área deveria atender as necessidades de um espaço salubre, capaz de favorecer condições para habitação, colonização e promover a produção agrícola.

Assim, na Paraíba o trabalho de colonização iniciou-se com drenagem e desobstrução dos rios. Pois, conforme o discurso do governo que só posteriormente a essa etapa o Estado conseguiria dar “vida àquelas paragens dantes mergulhadas no marasmo, sob uma cortina de mosquitos com ar envenenado pelas emanações letais dos paues. Era uma terra em letargia, onde apenas bruxeleiava”¹⁴. Neste contexto, que primava pela salubridade e o fim das endemias era preciso fazer a desobstrução dos rios: “rio Camaratuba, rio arróio Pitanga, Guajú (divisa com Rio Grande do Norte),”¹⁵ e a drenagem dos vales, que ameaçavam a saúde do camaratubenses,¹⁶ abrindo caminho para o combate das doenças que ali permeavam como o paludismo¹⁷ que, segundo um dos nossos entrevistados, foi um grande causador de doenças e mortes na época do engenho:

[...] começou todo o trabalho de Camaratuba. Aí começou aberta de rio, limpar o vale, aí fizeram isso já foi no governo de Rui Carneiro. Chamava o serviço da baixada. Abria rio, limpava os vales que diz que dava paludismo, o paludismo era pra mais de sete dias. O paludismo era o seguinte: um senhor qualquer tava bom, e de repente dava aquele frio, dava aquela tremedeira, dava uma tremedeira que nem a cantiga do treme-treme. [...] quando era daqui a pouco dava uma febre.[...] quando era com uns tempo dava um amarelo, dizia que era o amarelidão do paludismo, usava a medicina do mato morrem muita gente disso.¹⁸

De acordo com a pesquisa, percebo que o paludismo entre outras doenças relacionadas à salubridade passou ser visto como problema para o governo no momento que este tentava integrar de forma mais eficiente o campo. Pois estas doenças representavam um sério problema e, mesmo quando suas vítimas sobreviviam, interferia no seu ritmo de trabalho ao interrompê-los

¹³ Gomes, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹⁴ ¹⁴ “O exemplo de Camaratuba” In: Jornal A UNIÃO, 09, abr, 1943

¹⁵ “Colonização da Fazenda de Camaratuba”. In: Jornal A UNIÃO, 18, set, 1938, p.1

¹⁶ Camaratubenses, refiindo aqueles colonos e moradores que foram morar ou habitar Camaratuba

¹⁷ O impaludismo/malária, doença causada por insetos presentes em áreas insalubres.

¹⁸ Sr. José Diniz da Silva, Camaratuba, entrevista a autoras em 2014.

momentaneamente. Neste contexto, o Estado buscava criar um ambiente sadio e propício para o trabalhador em Camaratuba.

Desta forma, para Camaratuba torna-se produtiva e integrada às exigências capitalistas, fora necessário a drenagem dos rios, como diz o jornal da época:

Uma providência oportuna foi incontestavelmente a desobstrução do rio Camaratuba e seus afluentes, providência que vem contribuindo para o saneamento da zona litorânea, onde o paludismo dizima a população. O Interventor mandou instalar, naquela região, uma colônia, onde surgirá uma cultura intensiva de cereais, de modo a serem abertas áreas de povoamento. Fôram empregados no combate aos doentes de malária ao impaludismo cerca de 56 quilos de quinina.¹⁹

Desde então, o Estado passara a medicalizar os trabalhadores. Entretanto, as prescrições médicas da época eram diferentes daquelas utilizadas pelos lavradores, como disse o Sr. Diniz que faziam uso de remédios caseiros como o caroço da laranja pisado ou a raiz de manjerioba, entre outros, para curar o paludismo.

Todavia, de acordo com o entrevistado, não houve movimento de resistência em relação aos tratamentos orientados pela medicina científica. Apesar de reconhecer que muitas pessoas tinham receio de se vacinar.

Para promover o controle das doenças endêmicas o governo federal pregava a criação de postos de saúde “em núcleos rurais pelo interior do país, em áreas de grandes infestações”²⁰. Assim, em Camaratuba, fora construído um posto medico que deveria atender aos requisitos básicos de saúde dos trabalhadores, cabendo ainda ao médico ir as casa daqueles que não tinham condições físicas de se locomover até o posto de saúde, como podemos perceber na fala do Sr. Diniz:

[...] Tinha posto de saúde tinha o médico vivia diretamente em Camaratuba, tinha a casa dele. Aí ele ia pra cidade mais voltava. Tinha muito remédio, enfermeiro, médico, aí quando o morador não podia ir lá, o médico vinha de casa em casa. Botava uma bolsa de lado, montava num cavalo e vinha de casa em casa, na casa dos doentes. Dava receita pra ele, dava remédio e quando não podia ir pra lá, ia pro posto, tinha enfermeira, tinha médico, tinha tudo.²¹

¹⁹ “O Progresso Paraibano.” In: Jornal A UNIÃO, 13, dez, 1941.

²⁰HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições de saúde no Brasil** (1930-1945). Educar, Curitiba, n.25.p.127-141,2005. UFPR

²¹ Sr. José Diniz da Silva, entrevistado, conforme descrito no relatório de pesquisa PIBIC: Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014), Camaratuba 2013.

Outro fator importante, no que se refere à questão da saúde da colônia, foi a destruição das antigas casas de taipa, feitas de barro e cobertas com palhas de coco, que pertenciam à época do engenho, pois, segundo o Estado, essas residências eram locais de proliferação de doenças e deveriam ser destruídas dando lugar a novas casas higiênicas de alvenaria, como afirma o Sr. Diniz:

[...] Naquele tempo as casas era coberta de palha, a casa era de taipa, coberta de palha de coco, essas casas. Casa de telha era só a casa grande do engenho. Essas casas foi abaixo pra construção dessas colônias, os que não aguentaram foram embora, então tinham direito a nada do mundo, se não aguentasse podia correr e ir “simbora”. Aí essas colônias fizeram umas 60 casas, era 10 hectares de terra, cada 10 hectares, uma casa e o roçado pra botar um partido arisco e o resto era vagem até a beira do rio Camaratuba.²²

A entrevista com antigos moradores da CAEC apontou para as práticas usadas pelo Estado na mudança dessas habitações. Pois em alguns casos, a destruição das palhoças ocorreu de maneira truculenta, na medida em que o Estado agia de forma autoritária e violenta contra os moradores que se recusassem a deixar suas antigas moradas. Isto foi o que ocorreu com a família de Sr. Antônio de Jesus²³, ao relatar que o seu pai foi retirado à força da antiga casa de taipa em que vivia para uma casa de alvenaria.

As casas deveriam seguir um padrão de higiene. Assim, o governo tentava acabar ou diminuir doenças que se propagavam devido às condições péssimas de moradia em que vivia o trabalhador rural. Desta forma, os governos Federal e Estadual procuravam reconfigurar um novo homem, um homem apto ao trabalho e mais produtivo, longe de doenças que pudessem ocasionar um risco à saúde e, conseqüentemente, à produção econômica. Neste momento, no que diz respeito ao quadro sanitário, o principal investimento do governo varguista era instituir métodos de controles e prevenções vinculados às Delegacias Federais de Saúde, que estavam ligadas aos governos dos estados. (HOCHMAN, 2005)

Com o advento do Estado Novo, todos deveriam adequar-se ao processo de modernidade, fossem pelas mudanças de moradia ou pelas novas técnicas de trabalho. A cidade deveria seguir outro ritmo e o campo também, se tornando cada

²² Sr. José Diniz da Silva, entrevista a autora em, Camaratuba 2014.

²³ Sr. Antonio de Jesus, com 73 anos, um dos mais antigos moradores de Camaratuba, sendo os seus pais uns dos primeiros moradores de CAEC. Entrevista retirada do projeto PIBIC, Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014), Camaratuba 2013.

vez mais dinâmico, com horários e regras a serem cumpridos. O novo modelo de trabalhador rural era um homem dinâmico, isto é, um trabalhador inteirado e mais adaptável às novas demandas de seu tempo e da sociedade mais industrializada, incluindo-se também o homem do campo, o lavrador. Assim, neste cenário não haveria mais lugar para O “Jeca Tatu”. Sobre isso nos disse Maria Ieda Linhares:

Não há mais espaço para o bugre abestado de Bilac, o amarelo doentio de Belizário Penna, o Jeca Tatu incapaz de Monteiro Lobato ou o forte fanático de Euclides da Cunha. Agora são homens novos, muitos saídos das cidades, outros incorporados ao processo produtivo nacional, no mais das vezes através da rede de colônia agrícolas mantidas pelo governo federal. A partir da experiência gaúcha de colonização, contava-se com o sistema de colônias como algo capaz de tirar a agricultura brasileira do atraso a que fora relegada. Deve-se destacar que o sistema colonial de povoamento era pensado como uma virtude e que o fato de os colonos gaúchos serem em sua origem estrangeiros em nada alterava o projeto pretendido. Na organização e na disciplina do trabalho residia a esperança de mudanças, e não na raça ou no sangue. Mesmo abandonado, o homem do campo era capaz e laborioso. (LINHARES, 1999, p. 123)

Assim, o exemplo de homem que se constitui a partir do discurso no cenário brasileiro, não era o antes retratado na literatura, mas, sim, um homem ativo, isto é, um trabalhador inteirado e mais adaptável às novas demandas de seu tempo, incluindo-se nesta percepção o homem do campo.

Desse modo, o trabalhador disciplinado, estaria dentro dos padrões necessários para se tornar produtivo, apto ao trabalho, a disciplina: “[...] dissocia o poder do corpo; faz por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverter por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma reação de sujeição estrita.” (FOUCAULT,1987, p.127)

2.3- MORADORES, COLONOS E “FORAS DA LEI”.

A população da CAEC estava composta por três grupos de moradores. O primeiro formado por antigos sitiantes, que ali já estavam desde a época do engenho. Essas pessoas foram vistas com desconfiança e receio pelo Estado, sendo classificados como preguiçosos, doentes, impaludados, gente sonolenta que vivia da “pesca de pequenas rocas e em mocambos imundos”.²⁴ Na perspectiva

²⁴ A Colonização do Vale do Camaratuba.In.Jornal A UNIÃO,18,out,1942

oficial, Camaratuba não estava sendo adequadamente aproveitada. Pois os seus moradores eram vistos como indisciplinados, vagabundos e doentes, os camaratubenses representavam um obstáculo para o aproveitamento econômico da região. Mas não deveriam ser expulsos da área, e sim reeducados, adestrados, impondo-lhes horários regulando o trabalho com novos instrumentos agrícolas, rompendo, assim, sua cultura de trabalho baseada na produção de subsistência. Neste sentido, era preciso aproveitá-los racionalmente, disciplinando-os. Esses antigos moradores foram transformados em colonos e receberam pequenos lotes de 10hectares de terras, com uma casa e espaço para o funcionamento de um roçado para a lavoura de subsistência, como afirmou o Sr. Diniz:

[...] Nessa relação ele mandou construir pelo governo. O governo mandou construir essas casas todinhas. De 10 em 10 hectares de terra medido era pra formar essas casas. Cada casa tinha um número, começa da 1, da divisa do açude do Jurema. Aí ficaram trabalhando, só queria tomar conta dessa casa quem tivesse família com trabalho, cara solteiro não podia tomar conta.²⁵

O segundo grupo fora composto por moradores de áreas próximas. Estes não receberam terras nem casas de alvenaria, como declarou o entrevistado: “tinha o morador que era fora da colônia, viviam em casa de taipa, nesse tempo as casas de tijolos eram dos colonos e o resto era tudo de taipa”. Ainda de acordo com a pesquisa, aquelas pessoas que estavam a procura de morada tinham que ter famílias numerosas:

[...] O cidadão vinha procurar uma moradia aqui, procurava o diretor, ele dava preferência a famílias que tivesse filhos para os filhos ajudarem os pais trabalhar, pra explorar a propriedade e a preferência era família grande, muitos filhos.²⁶

O terceiro grupo era formado por homens “foras da lei”²⁷, sendo a maior parte destes indivíduos apenados da Colônia Penal Agrícola de Mangabeira, localizada na cidade de João Pessoa, estes trabalharam na CAEC, como declara o Sr. Diniz:

[...] Aqui veio movimento de muitos presos de Mangabeira, aí vieram aqueles presos miseravelmente, tinha essas construção, o trabalho bruto, foram os presos que fizeram. [...] serviço cruel, você sabe que preso tem que aguentar tudo isso a força.²⁸

²⁵ Sr. José Diniz da Silva, entrevista a autora em Camaratuba, 2014.

²⁶ Sr. Antonio Ferreira da Costa, entrevista realizada em 2013. Entrevista retirada do projeto PIBIC, Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014)

²⁷ Estes denominados “Fora da lei” seriam aqueles homens levados para a CAEC de forma involuntária ou forampresos da Cadeia de Mangabeira.

²⁸ Sr. José Diniz da Silva, 91 anos, entrevista a autora em Camaratuba, 2014.

Desta forma, de acordo com a pesquisa, os apenados trabalhavam durante o dia na construção civil e, à noite, retornavam para a cadeia que foi construída na área em estudo. Sobre o trabalho exercido pelos presos, o Sr. Antonio Ferreira da Costa disse:

[...]Os trabalhador trabalhava na construção das casas, como pedreiros, cavando alicerces, arrancando pedras. [...] trabalhava durante o dia e a noite ficavam preso na cadeia.²⁹

Ainda, compondo este grupo, estavam homens livres denominados vagabundos, que eram capturados na cidade de João Pessoa e levados para Camaratuba, como registra este artigo do jornal:

Uma das providências mais acertadas para evitar a falta de braços aos serviços agrícolas de Camaratuba[...], foi a captura de vagabundos nas ruas da capital paraibana e o internamento dos mesmos na Colônia.³⁰

Os “foras da lei”, em regra geral, não se tornaram colonos ou moradores, pois uma das condições para ser tornar agricultor e ter acesso a terras e casa era possuir bons antecedentes, além de uma família numerosa. Portanto, restaria a estes, trabalhos na construção civil ou ainda no roçado do Estado. De um modo geral, não houve ascensão dentro destas categorias, assim, um “fora da lei”, sem casa e sem roçado, seria sempre um “fora da lei”. Portanto, as terras de Camaratuba, embora vastas, estavam fechadas para homens assim denominados, este deveriam trabalhar sob vigilância diária e a noite serem trancafiados na prisão.

De acordo o Sr. Diniz, alguns presos foram atraídos para Camaratuba com uma expectativa de se tornarem homens livres:

[...] João Pessoa, neste tempo havia um presídio de presos que era Mangabeira. De lá aqueles presos vivia condenado, aí eles prometero que ia dar soltura a eles, que ia colocar num canto muito bom pra eles vivere. Mentira, vinha pra Camaratuba. Eles entravam num caminhão de polícia e chegava em Camaratuba. Quando era no outro dia, minha dona! Esses presos, com uma calcinha de algodão, sem chapéu, sem mais nada. Cada um com um cantiozinho, pra botar água, cada um tinha um prato de alumínio, um pratinho pra comer. Aí vamos trabalhar, trabalhar no pesadão.³¹

²⁹ Sr. Antonio Ferreira da Costa, entrevista realizada em 2013. Entrevista retirada do projeto PIBIC, Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014)

³⁰ “Colônia Agrícola de Camaratuba, futuro celeiro do Estado” In: Jornal A UNIÃO, dom, 16, ago, 1943, p.1.

³¹ Sr. José Diniz da Silva, 91 anos, entrevista a autora em Camaratuba.2014.

Ainda vivia em Camaratuba um grupo pequeno de homens assalariados, que trabalhavam durante a semana na CAEC, e regressavam para as suas casas nos fins de semana. Estes recebiam um salário por seu trabalho.

2.4- ROÇADOS DOS LAVRADORES X ROÇADO DO ESTADO

Na CAEC, os espaços destinados aos trabalhos com a agricultura foram divididos em duas áreas, uma destinada para os roçados dos colonos e moradores e a outra pertencente ao Estado, sendo esta última uma grande área, como contou o Sr. Diniz:

[...] Tinha o do Estado era separado, o dos pobres era pequeno, o Estado era grande, fornecia muitas coisas, legumes, aquelas vargens, o arroz era por conta do Estado. Aí tinha onde botava, tinha aqueles sílios pra botar feijão, tudo isso... era fartura. O Estado tinha muito trabalhador, muito morador e cada um morador pagava um dia de condição da morada que morava, toda semana, dizia que era um dia de diária e se tivesse precisando trabalhava dois, ou três dias³².

A partir da pesquisa, pude entender que os espaços que foram alvos da implementação da “agricultura moderna”, com o uso de novas técnicas, a exemplo da lavoura irrigada, fora o roçado do Estado. Neste o cultivo das terras do Estado ficava sob a responsabilidade de técnicos agrícolas e do agrônomo, que conduziam e orientavam os trabalhadores, “passavam aqueles agrônomos como era que fazia a plantação do arroz, do milho, todo tipo de lavoura³³”, assim, tudo que fosse relacionado ao preparo das terras, como a plantação até a colheita, deveria ser repassado por tais técnicos. Entretanto, a chamada modernização ficou restrita ao campo do Estado. Entre as lavouras que foram cultivadas nesta área estavam a de arroz que se destacou e para a qual foi direcionado um grande investimento com a construção de uma usina de beneficiamento, como informa o trecho do Jornal A UNIÃO:

Merece também citação a colaboração da Secção de Fomento Agrícola Federal, neste Estado, que além de tomar a seu cargo a construção e montagem da Usina Beneficiadora de Arroz, realizou em cooperação com a

³² Sr. José Diniz da Silva, entrevista em Camaratuba, 2013, entrevista retirada do projeto PIBIC, Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014)

³³ Sr. José Diniz da Silva, entrevista em Camarauba, em 2013. Entrevista retirada do projeto PIBIC, Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014)

Diretoria o estabelecimento de uma excelente cultura de arroz, por processo irrigatório do mais eficiente e adequados às condições locais.³⁴

Nestas áreas, colonos e moradores deveriam trabalhar gratuitamente um dia de serviço, a “diária”, como chamavam tais atores sociais para pagar pelo lote ou pelo uso da terra. Sendo este um trabalho não remunerado, basicamente forçado. Desta forma, na colônia vitrine da modernização agrícola na Paraíba, estavam sendo reescritas relações pré-capitalistas de produção.

[...]os horários era o seguinte: tinha os encarregados, os empregados do governo pra assinar a ata com os nomes dos moradores, assim fulano de tal pagou a diária e aí em diante, já o moradores que deviam tinham que pagar a diária, não podia deixar, porque se atrasassem um dia de diária, pagava três, e era prejuízo pro morador, e trabalha dois ou três dias sem conforto. Olha se ele achava que trabalhar um dia era ruim, imagina 2 ou 3 dias. Se ele não fosse, ele não mandava um dos filhos.³⁵

De acordo com este registro oral, se os colonos ou moradores faltassem aos trabalhos, eles sofreriam punições, sendo atribuídos mais alguns dias de serviços, o que representava para eles um castigo, um desconforto. Porque então o trabalho com os equipamentos mais modernos, que supostamente facilitariam os trabalhos dos lavradores, fora considerado ruim e desconfortante? Ora, foi sob a tirania do relógio e o olhar policalesco e regulador dos vigias que os lavradores entenderam o trabalho no roçado do Estado como um castigo, uma punição, um desconforto. E, ainda, nestes espaços teriam quer lidar com uma engenharia agrícola que eles desconheciam como o uso de cultivadores, o uso de pulverizadores entre outros instrumentos agrícolas que rompiam com seus conhecimentos seculares.

Entretanto, o lote de terras dos colonos ou dos moradores deveria ser dividido para a sua moradia e para o seu roçado, podendo produzir aquilo que melhor achasse necessário para sua alimentação como milho, feijão, batata ou macaxeira. Nestas áreas os colonos contavam com o trabalho de todos da família.

[...] As mulheres tratava da comida, tratava das casas, elas plantavam também e todos trabalhavam. Se por acaso um senhor tivesse duas, três filhas moças, quando fosse ele mais os filho pro serviço, ela ia também. Tudo com chapéu grande de palha na cabeça, um vestido comprido com as mangas por aqui.³⁶

³⁴“ Colônia Agrícola de Camaratuba, futuro celeiro do Estado”.Jornal A UNIÃO,16,ago,1943,p.1

³⁵ Sr. José Diniz da Silva. Entrevista retirada do projeto PIBIC: Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014)

³⁶ Sr. José Diniz da Silva, entrevista a autora em Camaratuba, 2014.

Diferentemente do que aconteciam nos roçados do Estado, nos quais eram utilizados equipamentos para uma boa produção, nas áreas de cultivo dos colonos e moradores não recebiam tais vantagens. Pois, ali se aplicava a agricultura tradicional, como disse o Sr. Diniz:

[...] nesse tempo era cru, era cru mesmo, o adubo era a terra, era a terra e a enxada para cultivar. Não tinha nada, olhe a terra dava o produto, feijão dava bom, milho dava bom, tudo que plantasse, não precisava de muitos adubos clínicos como tem hoje, para fazer a terra ser boa para a produção.³⁷

O depoimento aponta ainda para a descrença do narrador em relação à ciência agrônômica: a terra para ele era fértil não precisando da intervenção da ciência para a produção.

Certamente o trabalho com a enxada, o machado e a foice era extremamente familiar para o Sr. Diniz, por isto, ele não sentiu a falta de apetrechos mais modernos que iam de encontro aos seus saberes tradicionais. Assim, este narrador preferia trabalhar em seu roçado com sua mulher, filhos e filhas, com sua família e longe dos olhares dos vigias e capatazes. Em seus roçados, os agricultores embora tivessem metas a cumprir estabeleciam seus horários e “escolhiam” as lavouras que plantavam todas relacionadas à sua cultura alimentar.

3- CONCLUSÃO

As fontes analisadas impressas e orais nos levam a acreditar que na CAEC o Estado acionou várias formas de controle e regulamentação, buscando enquadrar a uma ética de trabalho compatível com a economia de mercado. A preocupação dos poderes constituídos na colônia era, sobretudo, com a disciplinarização do trabalho, e com a instituição de códigos relacionados aos padrões de higiene e saúde e a manutenção das hierarquias. O importante era fora do âmbito de trabalho criar condições que não interferissem no trabalho e na produção.

³⁷ Sr. José Diniz da Silva, entrevista a autora em Camaratuba, 2014.

De um modo geral, os entrevistados se mostraram extremamente desencantados com presente, e nesta perspectiva veem o passado da colônia como um período de muita organização e conquistas, enquanto hoje, a colônia, segundo eles, está praticamente abandonada, “sem lei” e a partir destes desencantamentos, constrói parte das suas memórias sobre a colônia. (Conf. Relatório PIBIC, 2013/2014)³⁸

³⁸ Conforme descrito no projeto PIBIC: Camaratuba: Tecendo memórias nas cordas do tempo. (Cota 2013/2014).

COLÔNIA AGRÍCOLA ESTADUAL DE CAMARATUBA: uma perspectiva histórica acerca de sua criação.

ABSTRACT

This course conclusion work seeks to identify briefly some considerations about the first anniversary of the creation of the State Agricultural Colony Camaratuba from oral and written sources.

Keywords: Rural workers. Camaratuba. Agricultural colony.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

Antônio Ferreira de Jesus, Camaratuba, 2013.

Antônio Ferreira da Costa, Camaratuba, 2013.

José Diniz da Silva, Camaratuba, 2014

FONTES IMPRESSAS

A UNIÃO. (Jornal) João Pessoa **1937-1945**. Arquivos de A UNIÃO, João Pessoa.

Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas. **O Homem A produção**. João Pessoa. 1941.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O Nascimento de Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES Ângela M. de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HOCHMAN, Gilberto. **Reformas, instituições de saúde no Brasil (1930-1945)**. Educar, Curitiba, n.25.p.127-141, 2005. UFPR

LINHARES, Maria Yedda. **A Terra prometida: Uma História da Questão Agrária Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa verde e a Redenção: A Cultura do Trabalho com Agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba)** Tese – UNB, Brasília, 2006

PORTO, Walnice Medonça. **Camaratuba: De Engenho de Açúcar a Paraíso dos Surfistas**. João Pessoa: Edições Fabulação, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme, **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

ANEXO



Figura 1: Casa do agrônomo chefe da antiga CAEC, hoje pertencendo a particulares, imagem feita pela autora em visita a Camaratuba em 2014.



Figura 2: Imagem retirada do projeto de pesquisa “Camaratuba tecendo memórias nas cordas do tempo” (cota2013/2014). Casa de um colono construída em 1942.



Figura 3: Imagem retirada do projeto de pesquisa “Camaratuba tecendo memórias nas cordas do tempo” (cota2013/2014). Igreja construída na época do engenho Camaratuba, e reformada no início da colônia.



Figura 4: almojarifado construído no início da CAEC, funcionando nos dias atuais como uma escola. Imagem retirada do projeto de pesquisa “Camaratuba tecendo memórias nas cordas do tempo” (cota2013/2014).